Memórias da DAJ¹

Maria Amélia Bracks Duarte²

Se difícil, pelo relevo da solenidade, e pela presença das autoridades da mesa, humildemente devo prestar meu depoimento de moça inocente pura e besta, como dizia Raul Seixas, que chegou do leste de minas, Manhumirim, das bandas do Pico do Caparaó, a mais velha de 5 irmãos, e órfã de pai. Para custear a passagem para BH, minha mãe teve que vender meu acordeon Scandalli, e nunca mais toquei Danúbio Azul.

Foram dois meses de cursinho *champanhah*, rua Curitiba com Tamoios, o único que preparava para o curso de Direito, vejam vocês. E havia dois cursos de Direito em BH: o da UFMG e o da católica, para quem pudesse pagar. Eu não podia.

Aliás, o primeiro mês do pagamento do pensionato da D^a. Lourdes foi emprestado do Piquitito, um produtor rural de Manhumirim, com quem eu trabalhei no sindicato rural. Essa dívida eu paguei com muita alegria anos depois.

O vestibular de 1968 foi o último não unificado da UFMG. No Direito, havia prova de história da filosofia. Estudávamos Platão, Aristóteles, Sócrates (não é um luxo?), latim, e tinha prova oral com banca severa.

E 1968 foi o ano que não terminou, nas palavras do escritor Zuenir Ventura. Jovens se reuniam no DCE, faziam reunião para derrubar o regime militar; passeatas explodiam em cada canto; eu era uma moça muito comportada: precisava estudar e trabalhar; não era alienada politicamente, mas tinha medo de bomba de gás lacrimogêneo.

O Diretor da Faculdade era Lourival Vilela Viana, de existência fecunda e nobre, marcada pela probidade, rara generosidade e grandeza de sentimentos. Pai do Márcio Tulio, nosso colega de sala. Márcio foi juiz trabalhista, jurista honrado, e hoje é professor universitário dedicado aos Direitos Humanos. Muita honra de ter sido colega dele. Com a aposentadoria de Lourival, sucedeu-lhe na diretoria Wilson Melo da Silva, o professor que nos ensinou o direito das sucessões, o dano moral, a responsabilidade civil.

As farras do início dos anos 70 eram ingênuas, garanto. Bailicos no DCE à luz da lua, chopp nos bares do Maletta, cachorro quente do Teds (onde hoje é o shopping Cidade), e quando o namoro era sério, dançava-se na Sociedade dos Engenheiros (ao lado do Automóvel

¹ Depoimento gentilmente cedido pela autora, prestado na ocasião da comemoração dos 60 anos da DAJ, em novembro de 2018

² Procuradora do Trabalho em Minas Gerais, membro da Academia Feminina Mineira de Letras

Clube) sob a vigilância dos pais, e um jantarzinho dividindo um filé de frango bem batido na Cantina do Giovani na av. Afonso Penna.

O reitor da UFMG era o digno Gerson de Brito Mello Bozon, homem de fibra, cassado pela revolução em 1969, de imperturbável serenidade, discrição e sobriedade.

Ao final de 1968, no dia 13 de dezembro, foi baixado o famigerado Ato Institucional nº 5, pelo presidente Costa e Silva, cassando direitos civis, sangrando a Constituição da República. Com a doença de Costa e Silva, o mineiro Pedro Aleixo, vice-presidente, foi impedido de assumir.

Os tempos eram sombrios. Jovens desapareciam. A imprensa não era livre. Movimentos que combatiam os militares assaltavam bancos, sequestravam autoridades. Tanques nas ruas impediam o ir e vir. Um caos.

Enquanto isso, tínhamos como professores, ninguém mais, ninguém menos do que Caio Mário da Silva Pereira, o autor de *Instituições do Direito Civil*, os volumes de capa dura vermelha, que todo bom aluno de direito tem necessariamente que ali estudar. Era um homem alto, muito alto, magro, elegante, sóbrio. Batia na cátedra com sua aliança para que prestássemos atenção. Só isso, nada mais. Sua filha Tânia era nossa colega de sala. Naqueles tempos, levantávamos quando o professor entrava na sala. Gosto dessa lembrança. É meiga e afável em dias de tanta indisciplina hoje.

Fomos alunos de Osmar Brina Corrêa Lima, era a sua primeira turma de direito comercial. Ele é amigo da turma de 1972 até hoje, pois nos encontramos todo ano, desde então. Não nos dispersamos. Acreditam? Brina é um doutor humilde, poeta, de elevadas virtudes.

Alunos também do jovem mestre Sálvio Figueiredo Teixeira, depois ministro do STJ. Tinha por nós e nós por ele um carinho muito especial. De Sálvio dizia a professora Sônia Diniz Viana: “ele é uma aglutinação de tudo que desejamos de um amigo. Sua simplicidade contrasta com sua cultura, reconhecida nacionalmente. Seu jeito manso de falar diverge do homem forte e firme ao decidir. Exercita a arte da tolerância e a da paciência como ninguém”.

O primeiro professor de Direito do Trabalho foi Messias Pereira Donato, profissional exemplar, ético e correto. Não sabia, então, que toda a minha vida seria em torno do Direito do Trabalho. Devo ao íntegro professor Messias o cuidado e motivação para o que me tornei na vida profissional.

Nosso paraninfo foi o esposo da futura vice-diretora Mônica Sette Lopes: o professor Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena, recentemente falecido. Éramos os meninos e meninas da turma de 72. Muito orgulho de termos escolhido o professor Paulo Emílio, homem culto,

digno, jurista, compromissado com as suas ideias, a quem admirei no Direito de Trabalho pela vida toda. E que foi o padrinho que nos norteou sempre.

Enfim, o DAJ, à época, o Departamento de Assistência Judiciária. Funcionava no subsolo do prédio anexo à sede da Faculdade. Como orientadores jurídicos, em 1971: Wille Duarte Costa, que depois foi um dos fundadores da Faculdade Milton Campos; José Eduardo Carreira Alvim, aluno brilhante, passava em todos os concursos e, ao final, desembargador do TRF do Rio de Janeiro. Nossos colegas e coordenadores: Newton Godinho, que foi juiz trabalhista; e Elson de Paula e Silva, juiz de direito.

A assistência judiciária nos deu o lado humanista do Direito: o pedido dos alimentos à mulher abandonada; a investigação de paternidade da criança que não foi reconhecida; a ida à delegacia para defender a mulher molestada, pois muitos e muitos anos depois é que foi criada a delegacia da mulher; não existia Lei Maria da Penha, a briga dos vizinhos, a disputa pelo galo garnizé. O direito social hoje inserido na Constituição Federal.

Tudo sob a orientação dos coordenadores atentos e vigilantes, distribuíamos as ações judiciais nas 4 varas de assistências judiciárias do Fórum Lafayette. Uma novidade, sim. Havia as varas especializadas em assistências judiciárias. E juízes dedicados a pessoas carentes, secretarias que não cobravam custas, atendimento gentil.

Casei-me no início do 5º ano, com colega da Faculdade de Direito, o José Raimundo, aqui presente, ele também, participou ativamente da DAJ, como concursado bolsista. Recebia uma bolsa de estudo e ajudava os outros colegas na aprendizagem.

Antes de terminar meu período da DAJ, entrou Aroldo Plínio Gonçalves, professor e também diretor desta casa; e advogado ainda atuante, depois de se aposentar como presidente do TRT.

O que a DAJ representou na minha história? Aprendizagem. Disciplina. Organização. Humanidade. Determinação. Coragem. Humildade.

Me ensinou a pensar, a pesquisar, a escrever, a redigir sucintamente, com lógica e fundamentos. Gosto de poesia, de escrever contos. Já fui premiada em alguns concursos nacionais, quem diria, hein? Pois é.

Eu trabalhava na CEMIG, como secretária. Fui cedida para prestar serviços no gabinete do Governador Rondon Pacheco, em 1971, mesmo período da DAJ. Depois, fui promovida a advogada da CEMIG, chegando a chefiar o departamento trabalhista da empresa. Não satisfeita, com 45 anos, fiz concurso para Procuradora do Ministério Público do Trabalho, onde ainda me encontro há 25 anos.

Não sei fazer outra coisa a não ser atuar no Direito do Trabalho. Não é verdade: cultivo amigos, curto rock e cinema. Já fui aos 4 shows dos Rolling Stones no Brasil.

Como veem, é um depoimento comprido: tenho dois filhos, ambos advogados, e a Juliana é uma advogada bem sucedida no Rio de Janeiro, com 4 filhos; a pequena Laura, de 8 anos, olha o escritório da mãe e diz que quer a chave para ser a dona do pedaço; o filho é Paulo Bracks, diretor de base do América Futebol, especialista em Direito Desportivo.

Passou depressa esse tempo? Esses 50 anos que entrei nessa faculdade e subi pela rampa ouvindo o sino do bedel Samuel? Em que céu andaré o bom Samuel? Protegendo as moças das cantadas simples dos moços do final de 1960? Tudo tão escondido. Tão proibido. Tão camuflado. Beijar não pode. Fumar não pode. Dançar colado não pode. Namorar no escuro não pode. Há o tempo de não poder. Hoje tudo pode.

Engraçado, né? O que aconteceu nesses 50 anos? Ser advogado, distribuir a justiça, levar o direito aos que necessitam, ser docente, não significa contar, é crescer como a árvore que não apressa a sua seiva e resiste, serena, aos grandes ventos da primavera, sem temer que o verão possa não vir. O verão veio. Outras estações se sucederam. Mas só vêm para aqueles que sabem esperar, tão sossegados como se tivessem frente à eternidade.

O importante é que honramos as lutas do passado, retemperamos o espírito nos desafios permanentes, infundindo-nos a consciência inebriada de esperança, projetando nossos sonhos, sem esmorecer um dia sequer, na incansável disposição de atingir os nossos ideais. Mas, adverte-nos Mário Quintana: *eu não sou eu, sou o momento, passo*. Eu certamente não sou eu. Este é momento de vocês, jovens.

Queridos estudantes, deixo que os corações falem mais alto, neste instante universitário. Sentimos que é preciso marcharmos em direção à história, afastarmos os preconceitos, lutarmos pelo desenvolvimento da humanidade e defendermos heroicamente e com orgulho a carreira que professamos. Porque somos vitoriosos e deixamos para trás aquela ideia antiga de que as montanhas conquistadas são baixas demais.

Há um verso do poeta Pablo Neruda, em que ele nos ensina que:

“é preciso caminhar na escuridão e se encontrar com o coração do homem, com os olhos da mulher, com os desconhecidos das ruas, dos que a certa hora crepuscular ou em plena noite estrelada precisam nem que seja de um único verso...esse encontro com o imprevisto vale pelo tanto que a gente andou, por tudo o que a gente leu e aprendeu...é preciso perder-se entre os que não conhecemos para que subitamente recolham o que é nosso da rua, da areia, das folhas caídas mil anos no mesmo bosque...e tomem ternamente esse objeto que nós fizemos.”

MEMÓRIA

Vou encerrar minha saudação com palavras repletas de mineiridade: na nossa misteriosa e singular humanidade, não queremos ser mais, ou menos, mas sermos humanos, simplesmente.

Que procuraram, ao longo da vida, ouvir a voz do seu tempo, sem a pretensão de modificá-la ou de fazer a história: o tempo, inexorável e indiferente à ação humana; a história, construção de todos os homens.

Em nossos sonhos e fantasias, como Hélio Pellegrino, fomos lavradores - lavrados e escalavrados na aventura de viver. Rodeados pela faticidade, que limita e aprisiona, procuramos ser dignos dela, sem bendizê-la ou amaldiçoá-la. Assim - simplesmente seres humanos - na contingência e na limitação de cada um.

Talvez esta a secreta razão da homenagem - a fidelidade à nossa humanidade, sem a qual, desumanos, não podemos julgar os homens.

Ou como dizia Nizan Guanaes, paraninfo de turma da USP, em 2002: “você foi criado para construir pirâmides e versos, descobrir continentes e mundos, e caminhar sempre com um saco de interrogações na mão e uma caixa de possibilidades na outra. Não use Rider, não dê férias a seus pés”.

Abraços e boa sorte.

Maria Amélia Bracks Duarte
21.11.2018